

A invenção da infância: mudança geracional na comunidade de Feira Nova (Orobó – PE) a partir do Programa Bolsa Família

Patrícia Oliveira S. dos Santos
e Flávia Ferreira Pires

▲ Universidade Federal de Campina Grande | Campina Grande, PB, Brasil

▲ Universidade Federal da Paraíba | João Pessoa, PB, Brasil

✉ patriciaoss1288@yahoo.com.br, ffp23279@pesquisador.cnpq.br

DOI

[http://dx.doi.org/10.11606/](http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2018.148951)

2179-0892.ra.2018.148951

RESUMO

Na comunidade de Feira Nova, um pequeno povoado rural, pertencente à cidade de Orobó, no Agreste pernambucano, Nordeste do Brasil, há um ideal de infância que se encontra relacionado ao não trabalho, à escolarização e à ludicidade. Contudo, essa compreensão de infância não foi vivenciada pelas gerações de avós e mães das crianças da geração contemporânea. Essa negação está, sobretudo, assentada na necessidade que lhes foi imposta pelo trabalho precoce e pela ausência total ou parcial de escolarização. Diferente das predecessoras, a geração atual de crianças encontra-se determinadamente marcada pela escolarização e largamente ausente do trabalho infantil, o que vem configurando uma importante mudança na forma em que a infância é vivenciada nesse contexto. O presente texto refletirá sobre essas mudanças que reverberam em uma maior atenção para as crianças no meio rural e surgem a partir de um processo de institucionalização da infância. Esse processo ganha força a partir da implementação e efetivação de programas sociais de transferência condicionada de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família, que nesse contexto vem mudando, entre outras coisas, o lugar de socialização das crianças rurais e as marcas geracionais da infância.

PALAVRAS-CHAVE

Crianças, Infância, mudança geracional, Programa Bolsa Família, trabalho infantil

THE INVENTION OF CHILDHOOD: GENERATIONAL CHANGE IN FEIRA NOVA COMMUNITY (OROBÓ – PE) FROM THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM

ABSTRACT

In the community of Feira Nova, a small rural village belonging to the city of Orobó, in the Agreste region of Pernambuco, Northeastern Brazil, there is an ideal of childhood that is related to non work, schooling and playfulness. However, this understanding of childhood was not experienced by the generations of grandparents and mothers of the children of the contemporary generation. This denial is mainly based on the need imposed on them by early work and by the total or partial absence of schooling. Different from their predecessors, the current generation of children is determined by schooling and largely absent from child labor, which has been an important change in the way childhood is experienced in this context. The present text will reflect on these changes that reverberate in a greater attention to children in the rural environment and arise from a process of institutionalization of childhood. This process gains strength from the implementation of social programs of conditional income transfer, such as the Bolsa Família Program, which in this context has been changing, among other things, the place of socialization of rural children in relation to generational processes.

KEYWORDS

Children, Childhood, Generational change, Bolsa Família Program, Child Labor

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

O presente artigo é um recorte de um trabalho de dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Fruto de uma pesquisa de campo realizada durante os três primeiros meses do ano de 2013, a pesquisa que dá sustentação a este trabalho foi realizada em uma pequena comunidade rural do município de Orobó (PE). Nossa intenção neste trabalho é apresentar ao leitor uma mudança que vem ocorrendo na comunidade rural de Feira Nova¹ em relação à concepção de infância, sobretudo pela forma que vive a atual geração de crianças nesse contexto.

Tais mudanças encontram-se relacionadas às experiências de infâncias vividas pelas gerações anteriores à das crianças de hoje. Isto porque as gerações anteriores viveram sua infância muito marcada pelo próprio modo de vida camponês. Ou seja, vivenciaram o trabalho com a terra desde a mais tenra idade. Inserir a criança no trabalho familiar com a terra é parte do processo de socialização da criança no mundo rural. Mais do que uma condição social que gera o provimento necessário para a subsistência da família camponesa, o trabalho com a terra é um modo de vida que é transmitido entre as gerações, “além de produzir bens de consumo familiar e excedentes comercializáveis, os camponeses formam pessoas que se tornam os futuros trabalhadores” (Marin, 2008: 115). Por isso, as gerações anteriores, em especial a geração de mães e avós das crianças de hoje, comumente afirmam ter como marcador social de sua infância o trabalho na roça.

A escolha pelo recorte de gênero, mães e avós, se deu pelo próprio encaminhamento da pesquisa e não por uma escolha previamente definida. Nossos sujeitos principais de pesquisa são as crianças cujas famílias fazem parte de

1 Feira Nova será aqui tratada como comunidade, embora recentemente tenha recebido o status de Vila, por ser essa a forma utilizada pelos seus moradores quando se referem ao local.

políticas sociais, a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF). Ao pesquisarmos com, entre e a partir das crianças, buscamos entender sua relação com o programa. Elas nos direcionaram até suas mães e em alguns casos até suas avós, informando-nos que seriam elas quem melhor saberiam nos falar sobre aquilo que desejávamos saber². Ademais, o próprio programa já institui como prioridade para o recebimento do auxílio financeiro a mulher responsável pelo domicílio, não sendo essa necessariamente a mãe, o que fortalece a ideia encontrada em campo de que é a mulher quem mais entende sobre o PBF. Além disso, é comum na região a ausência física da figura masculina, que geralmente migra em busca de melhores condições de trabalho. Mesmo tomando as crianças como sujeitos principais da pesquisa, elucidamos que as declarações aqui apresentadas em relação à negação da infância advêm, sobretudo, das entrevistas e conversas com as mulheres que, ao ativarem suas memórias de infância, destacavam as marcas que evidenciaram a forma como a infância foi vivenciada por elas e como a infância vem sendo vivida atualmente.

Mesmo tomando as crianças na pesquisa como sujeitos participantes, informantes qualificados, sujeitos críticos e detentores de agência, acreditando que “não há algo na fala das crianças que seja excepcional ou diferente (apesar de que pode casualmente haver), mas a criança ao falar, faz uma inversão hierárquica discursiva que faz falar aquelas cujas falas não são levadas em conta (...)” (Abramovicz, 2011: 24), destacamos que o empreendimento acadêmico ao qual fazemos parte não exclui os outros sujeitos de pesquisa (Pires, 2007b, 2012; Pires e Silva Jardim, 2014; Santos, 2014; Pires, 2014). Por isso, ao pesquisarmos com, entre e a partir das crianças, não deixamos de dialogar com jovens, adultos e idosos. A escolha por trabalharmos com famílias beneficiárias do PBF e que possuíssem crianças se deu por meio de uma trajetória de pesquisa³ referente ao tema (Pires, Santos e Silva, 2010; Santos e Pires, 2011; Santos, 2011), à qual buscamos dar continuidade.

As mudanças que buscamos aqui apresentar encontram-se relacionadas às transformações que o próprio mundo rural vem passando nos últimos anos. Segundo Carneiro, o mundo rural estaria sendo submetido a uma “reestruturação a partir da incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais” (Carneiro, 2012: 19). A incorporação desses novos componentes contribui significativamente para o modo de vida das crianças rurais de hoje, ao menos em nosso contexto de pesquisa. Esses novos componentes acarretam principalmente uma mudança no processo de socialização da atual geração de crianças que, diferentemente das gerações anteriores à sua, que tiveram como marca o trabalho, as crianças de hoje têm como marca a escolarização. É esse processo de mudança, que acarreta também uma nova forma de socialização das crianças da zona rural de Orobó (PE), que buscaremos apresentar neste artigo.

2 Quando trabalhamos com temas que envolvem políticas públicas, é normal que os sujeitos de pesquisa fiquem inicialmente desconfiados. Essa desconfiança de uma possível fiscalização em relação ao programa já nos foi afirmada em experiências anteriores em outros contextos de pesquisa e mesmo tendo nos posicionado em campo enquanto estudante e pesquisadora, não descartamos a possibilidade de que também essa ideia de uma possível fiscalização possa ter sido um dos motivos pelos quais as crianças tenham nos levados até suas mães e avós.

3 Desde o ano de 2010 estamos trabalhando com crianças e famílias beneficiárias do PBF. Destacamos a participação no projeto “A Casa Sertaneja e o Programa Bolsa-Família: Analisando Impactos de Políticas Públicas no Semi-árido Nordestino Brasileiro”, durante os anos de 2009 a 2011, e no projeto “Do ponto de vista das crianças: O acesso, a implementação e os efeitos do Programa Bolsa Família no semi-árido nordestino”, realizado no ano de 2011.

Tomamos por base metodológica a etnografia atrelada à observação participante. Junto a ela, fizemos uso de técnicas de pesquisa, a exemplo de entrevistas semiestruturadas, as quais possuíam um roteiro previamente elaborado, mas que nem sempre foi tomado à risca, de forma que, sempre que se fez necessário, foram acrescentadas outras perguntas. Dados os desdobramentos de pesquisa, em muitos casos as entrevistas tomaram um caráter de conversas informais (Mayall, 2005), pois, acreditamos, assim como coloca Sousa, que as “conversas informais viram grandes aliadas do pesquisador que investiga a infância por poder se desenrolar enquanto se brinca com eles, se trabalha ou se aprende, em qualquer ambiente sem formalismos” (Sousa, 2014: 53).

Desenhos e redações com temas previamente definidos também foram utilizados exclusivamente com as crianças. O gravador, a máquina fotográfica e o diário de campo nos auxiliaram também metodologicamente enquanto instrumentos de pesquisa. Fizemos uso de dinâmicas e grupos focais com as crianças, técnicas de pesquisa que já vêm nos apoiando desde outras experiências de pesquisas com crianças. Tudo isso visando um melhor entrosamento com os sujeitos de pesquisa e ao mesmo tempo visando também uma melhor aquisição dos dados adquiridos em campo, mas sempre acreditando que o uso do método etnográfico “permite à criança uma participação e voz mais diretas na produção de dados sociológicos do que normalmente é possível através das pesquisas experimentais” (James e Prout, 1997: 8-9, tradução nossa). Afinal, fazemos parte dos chamados Novos Estudos da Infância e concordamos com aquilo que já foi explicitado por Allison James e Alan Prout, que “as crianças devem ser vistas como ativas na construção e determinação de suas próprias vidas, na vida daqueles que as cercam e das sociedades onde elas vivem. As crianças não são simplesmente sujeitos passivos frente às estruturas e processos sociais” (James e Prout, 1997: 08, tradução nossa).

Buscaremos mostrar como as transformações que vêm ocorrendo no mundo rural reverberam em uma mudança no processo de socialização das crianças rurais de hoje e como essa mudança acende a ideia de que, para as gerações anteriores, a ausência da instituição escolar, a pouca presença de momentos exclusivamente lúdicos e a forte presença do trabalho em suas vidas desde muito cedo, gera a ideia de que não tiveram infância. A atual geração de crianças parece romper com a reprodução geracional de um círculo vicioso na infância, marcado, sobretudo, pela situação de pobreza e a necessidade do trabalho. Face ao exposto, acreditamos que essas transformações das relações intergeracionais das famílias ganham muita força pelo impacto das mudanças sociais no curso da vida e das relações familiares e contribuem para uma redefinição da infância nesse contexto de pesquisa. Esse processo de mudança mostra “que as infâncias do campo são múltiplas porque também são múltiplos os campos que com-

põem o rural brasileiro” (Silva, Pasuch, e Silva, 2012) e, diferentemente da ideia que se têm do meio rural como aquele lugar parado no tempo, ansiamos mostrar que o rural não é um lugar estático. Da mesma forma também não podemos tomar a infância como única e universal.

CONTEXTO DE PESQUISA

Antes de adentrarmos na questão central do artigo é necessário apresentarmos o lugar de onde falamos, pois, sem considerar o contexto aqui retratado, corre-se o risco de uma generalização dos resultados apresentados, o que foge a nossa intenção.

Orobó é um município situado na mesorregião do Agreste Setentrional pernambucano, microrregião do Médio Capibaribe e que faz divisa, ao norte, com o Estado da Paraíba. Distante aproximadamente 118 km da capital do Estado de Pernambuco, a cidade do Recife, local este que é bastante frequentado pelos moradores do município. Orobó se caracteriza como sendo um município predominantemente rural, uma vez que dos seus 22.878 habitantes, 14.645 vivem na zona rural (IBGE, 2010). O centro do município é a única área considerada propriamente urbana, com uma população aproximada de 8.233 residentes. Essa área sofre, diariamente, uma constante movimentação por parte da população rural que faz uso dos serviços ofertados na área urbana, como escolas, hospitais, comércio, agência dos correios, agências bancárias, repartições públicas, dentre outros serviços. Esse fluxo é responsável pela dinâmica e pelo desenvolvimento da cidade (Paulo, 2011).

O município é hoje considerado por ter uma boa oferta de serviços relacionados à educação, mas nem sempre isso ocorreu. Hoje em dia, muitas comunidades rurais possuem grupos escolares e também transporte escolar que desloca os alunos no interior das próprias comunidades e entre elas e a sede municipal. Também hoje em dia já é possível dar continuidade aos estudos através de cursos superiores sem que seja necessário se deslocar do próprio município, como acontecia até bem recentemente. Através de um sistema de faculdades que funcionam apenas aos sábados, algumas pessoas já conseguem ter acesso ao ensino superior com bem menos dificuldades do que ocorria há alguns anos. O ensino médio e o superior são oferecidos na sede municipal, este último através do sistema privado. Em relação aos serviços de saúde, há em quase todas as comunidades unidades básicas de saúde da família (USF/PSF), mas quando se trata do acesso a serviços de saúde de urgência ou internação, só se consegue na sede municipal, no centro de Orobó. Em caso de serviços de saúde mais especializados, é necessário ainda deslocar-se até as cidades médias mais próximas, como a cidade de Limoeiro, e em casos mais específicos, é preciso ainda deslo-

car-se até a capital do Estado.

Falamos da sede municipal de Orobó para podermos falar da comunidade rural de Feira Nova⁴, pois entendemos, assim como Wanderley, que:

A vida desta população rural depende, portanto, direta e intensamente, do núcleo urbano que a congrega, para o exercício de diversas funções e o atendimento de diversas necessidades econômicas e sociais. O meio rural consiste, assim, no espaço da precariedade social. Em consequência, o “rural” está sempre referido à cidade, como sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica e socialmente (Wanderley, 2004: 86).

Feira Nova é uma das várias comunidades rurais existentes na cidade de Orobó e conta com uma população de aproximadamente 530 habitantes, o que equivale em média a 200 famílias⁵. Sua aparência é de um pequeno vilarejo organizado por um aglomerado de casas, uma colada à outra, em geral com aparência bem semelhante, se diferenciando visualmente apenas pela cor. Também suas fachadas são sempre bem coloridas e as pinturas são sempre renovadas na época da festa da padroeira da comunidade. Algumas casas são visivelmente mais diferenciadas por sua estrutura, o que já apresenta uma melhor condição financeira da família. Ademais, com o passar dos anos, as estruturas das casas vêm se alterando e aos poucos as casas vão adquirindo um novo padrão. As casas hoje na comunidade são todas de alvenaria. Apesar disso, algumas delas ainda guardam resquícios de tempos remotos, onde podemos encontrar, por exemplo, aqueles modelos de banheiro que ficavam do lado de fora da casa e que, no lugar do vaso sanitário, tinha-se apenas um buraco para se realizar as necessidades. Ainda que algumas casas da comunidade preservem essa estrutura, ela não é mais utilizada, mas isso demonstra a precariedade que foi vivenciada até pouco tempo por muitas famílias locais. Apenas recentemente, em 2017, é que a comunidade recebeu um tratamento adequado de saneamento básico.

Feira Nova dispõe de um posto de saúde, o qual é bastante frequentado também por moradores de seu entorno, os sítios vizinhos. As crianças e adolescentes têm acesso ao ensino fundamental na própria comunidade, através do Grupo Escolar Sebastião Gomes, que oferece turmas que vão desde a creche até o 9º ano do ensino fundamental. As atividades da maioria dos alunos são complementadas com o Programa Mais Educação, período em que os alunos permanecem três dias da semana integralmente na escola. Além disso, Feira Nova conta com um mercadinho, algumas “bodegas” (mercearias), dois bares, uma pequena loja de roupa e acessórios, três lojinhas de variedades (como bonecas, guarda-chuva, escova, lápis, e outras variedades de produtos) e uma lan house. Todos esses estabelecimentos se apresentam enquanto extensão da própria

4 Paulo (2011) destaca que em algumas regiões do país o meio rural já possibilita o acesso a vários bens e serviços que facilitam a vida, o que contribui para diminuir as distâncias sociais e econômicas entre o rural e o urbano; não obstante, em outras regiões, o rural ainda aparece enquanto o espaço da precariedade, da dificuldade e muitas vezes da impossibilidade, o que determina, em alguns casos, o êxodo rural.

5 Dados adquiridos através da Agente Comunitária de Saúde da comunidade. Esses dados são uma aproximação, uma vez que o IBGE apresenta apenas os dados totais do município.

casa, sendo parte de um terraço que foi ampliado, ou um quarto que teve sua parede quebrada para gerar o comércio. No campo religioso, encontra-se em Feira Nova uma igreja católica e uma igreja evangélica de denominação Assembléia de Deus, popularmente conhecida como “a igreja dos crente”⁶, cujos membros são dos sítios vizinhos, segundo as informações dos próprios moradores, tendo apenas um morador da comunidade que a frequenta.

A maior parte dos moradores da comunidade de Feira Nova são agricultores familiares camponeses, a maioria deles aposentados rurais que mantêm a prática do trabalho na agricultura, cultivando um pequeno roçado e/ou plantando em seus quintais. Planta-se milho, feijão, fava, batata, macaxeira, inhame (cará), tomate, pimenta, pimentão, cenoura, alface, couve, maxixe, coentro, cebolinha, laranja, banana, mamão, jaca, limão, maracujá, etc. Criam também animais de pequeno e médio porte, como galinhas, porcos, bodes, garrotes. Tudo isso contribui para a chamada agricultura de subsistência, mas alguns de seus moradores também negociam aquilo que plantam sempre que necessário. Comumente também se encontra em Feira Nova pessoas que recebem as chamadas bolsas de governo, a exemplo do auxílio do Programa Bolsa Família e também em menor escala os Benefícios de Prestação de Continuada (BPC). Conseguir a aposentadoria rural continua sendo o desejo de muitas pessoas que já atingiram a idade exigida, mas esse é um processo nem sempre fácil, dadas as exigências burocráticas para se comprovar que se é um trabalhador rural. Ter na família alguém aposentado é sinal de uma segurança familiar, o que foi também observado por Mireya Suárez, ao pesquisar em diversas cidades brasileiras:

(...) além do benefício recebido da Bolsa-Família e dos programas remanescentes, a renda de alguns grupos domésticos é incrementada com benefícios procedentes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI, como denominado doravante), bem como das aposentadorias de pais e sogros das beneficiárias e de prestações continuadas. A importância desse tipo de renda para a sobrevivência do grupo familiar é apontada por todas as entrevistadas (...) (Suárez et al, 2006: 20-21).

Viver com a contribuição desses auxílios parece não ser algo raro em pequenas cidades do nordeste brasileiro, tendo em vista que o mesmo foi observado por Pires (2007) ao pesquisar em Catingueira, no sertão da Paraíba. Considera-se que a comunidade, assim como o município de forma geral, não apresenta muitas oportunidades de emprego. Algumas poucas pessoas conseguem um emprego público, vinculado à prefeitura municipal – os que não são concursados em geral permanecem durante os 4 anos do mandato e ficam na esperança de que o candidato daquela gestão consiga se reeleger para, assim, terem garantidos mais 4 anos de trabalho. O *trabalho alugado*, trabalho em propriedades rurais

⁶ A referência dos moradores locais em relação à igreja Assembleia de Deus é feita exatamente dessa forma, plural e singular, “dos crente”.

por dia de serviço, é outra alternativa, apesar de considerado “a pior opção” de trabalho, como destaca Garcia Jr. (1989). A escassez de opções dignas de trabalho afeta, sobretudo, os mais jovens, sendo essa uma queixa recorrente entre eles e o motivo de grande parte das migrações. Ainda que a saída em busca de melhores condições de emprego e renda seja um dos motivos mais referenciados, sabemos que o processo de migração desses sujeitos vai além dessas necessidades (Wortmann, 1990). Em pesquisa no município, Wanderley destacou que 73,4% dos jovens oroboenses entrevistados afirmaram que possuíam algum irmão morando fora do domicílio, sendo que a maioria por razão de trabalho. “Dos que saíram, em sua maioria jovens, vão trabalhar em outras cidades, mas mantêm a referência ao domicílio paterno, para onde voltam com uma certa frequência” (2006: 44).

Nesse sentido, a jovem Jeane⁷, moradora da comunidade, exemplifica:

Meus irmãos, um trabalha em Recife, outro trabalha no Rio de Janeiro e eu tô aqui. Já houve um distanciamento, mas eles têm vontade de voltar. Silvinho tem vontade de morar aqui, Leonardo tem vontade de morar aqui, Wesley tem vontade de morar aqui. Não moram por falta de oportunidade mesmo. Meu irmão no Rio de Janeiro é porteiro, Wesley e Leonardo são garçons. Então, eles querem obter uma vida melhor assim como todo mundo, então eles têm que sair daqui pra procurar uma coisa melhor fora (Jeane, 27 anos, moradora de Feira Nova).

Muitos homens da comunidade desempenham a atividade de motorista de Toyota⁸, veículo adquirido em geral depois de longos anos de economia e trabalho em outras cidades. A migração em geral ocorre com o intuito de voltar a morar no município e de nele conseguir exercer uma atividade remunerada e autônoma. Ser toyoteiro já foi sinônimo de status no local, no entanto, hoje em dia essa atividade encontra-se em declínio, visto que o transporte de passageiros nas toyotas foi proibido na capital do Estado. Esse fato fez com que muitos homens abandonassem essa atividade, seguindo na busca por outros trabalhos. Não raro, outras atividades, como alguns bicos, também são realizadas sempre quando aparecem, contribuindo para o aumento da renda familiar.

Paulo destaca que se tem observado no município uma diminuição da migração dos pais em virtude dos programas sociais (2011). A migração temporária atinge predominantemente os jovens e, hoje em dia, tem como destino principalmente a cidade do Recife, mas também com menor frequência o Rio de Janeiro. Isto ocorre porque, sendo Recife uma cidade próxima, pode-se com frequência voltar à comunidade aos finais de semana ou sempre que se consegue uma folga. É importante destacar que hoje em dia essa partida tem ocorrido em geral no momento em que esse jovem atinge a maioridade, momento em que já se é possível trabalhar com a carteira assinada. Fato que não ocorria anterior-

7 Todos os nomes aqui apresentados foram modificados visando o anonimato dos sujeitos da pesquisa.

8 Toyota é um veículo estilo caminhonete e da Toyota, que é modificado com o objetivo de transportar passageiros. Esse tipo de transporte é comum não apenas em Orobó, mas em todo interior do Estado de Pernambuco. Toyoteiro, é o nome dado a pessoa que dirige a Toyota.

mente, e a migração acontecia muito mais cedo. Chama a atenção, e não acreditamos que seja apenas mero detalhe, que esse momento também coincida com o desligamento do jovem ao PBF, cuja família deixa de receber o Benefício Variável vinculado ao Adolescente. Em Relatório apresentado ao MDS, Mireya Suárez destaca que:

Possivelmente o término do benefício obriga esses adolescentes a buscar formas alternativas de sustento e a abandonar a escola. Se assim for, como a pesquisa de campo sugere, o corte da bolsa causa uma mudança abrupta da condição de criança para a vida adulta em condições ainda muito vulneráveis e no momento mais crítico da adolescência. Dados discursivos obtidos durante o trabalho de campo sugerem que esses/as jovens enfrentam muita dificuldade para ingressar no mercado de trabalho, deparando-se com o desemprego ou subemprego... (Suárez et al., 2006: 16).

Embora correto, não enfatizaremos que o término do benefício obrigue os jovens a buscar formas alternativas de sustento, mas, receber o benefício contribui para que o jovem permaneça por mais tempo entre a família, na comunidade e também na escola. Sem esse auxílio, essa saída talvez ocorresse antes de se atingir a maioridade, ou esse jovem adentraria precocemente o mundo do trabalho, processo já vivenciado por algumas gerações anteriores. Nesse sentido, buscaremos mostrar mais adiante como as mudanças que vêm ocorrendo nos últimos anos ganham grande impacto no modo de vida da população rural, dando à atual geração de crianças marcas sociais que se diferem daquelas que foram durante muitos anos as marcas da infância de outras gerações.

É pertinente dizer que entendemos *geração* no mesmo sentido que descreve Sarmento, enquanto um:

(...) grupo de pessoas nascidas na mesma época, que viveu os mesmos acontecimentos sociais durante a sua formação e crescimento e que partilha a mesma experiência histórica, sendo esta significativa para todo o grupo, originando uma consciência comum, que permanece ao longo do respectivo curso de vida (Sarmento, 2005: 364).

Por sua vez, compartilhamos também do pensamento de Debert sobre geração, compreendendo que “mais do que a idade cronológica, [geração] é a forma privilegiada de os atores darem conta de suas experiências extrafamiliares” (1994: 19). Assim, “entendemos geração como um conjunto de indivíduos que compartilham um momento histórico determinado, marcado pelo nascimento, e que, como consequência, estão sujeitos aos mesmos processos históricos-sociais”

(Pires e Silva Jardim, 2014: 99). No próximo tópico discorreremos sobre como o trabalho é percebido como inibidor da infância a partir das gerações pesquisadas.

“EU NÃO TIVE INFÂNCIA”: INFÂNCIA E TRABALHO

Buscaremos apresentar aqui uma discussão entre o trabalho e a infância camponesa, relacionando-os às falas das mães e avós da atual geração de crianças de Feira Nova. Já foi afirmado por Rizzini (2010) que as crianças pobres sempre trabalharam e no meio rural o trabalho da criança não se apresenta como algo novo. As condições de pobreza e de miséria das classes menos favorecidas economicamente, acoplados à baixa escolaridade dos pais, à estrutura, ao tamanho da família, à idade que em geral os pais começaram a trabalhar, às atividades econômicas que desenvolvem, entre outros fatores, são o que, em muitos casos, produz e reproduz o uso da mão de obra infantil entre as gerações (Cipola, 2001; Kassouf, 2007; Stropasolas, 2012). No meio rural, o trabalho da criança se apresenta como algo que faz parte do próprio modo de vida camponês, uma vez que as famílias geralmente eram muito numerosas, ter filhos nesse contexto se configurava também enquanto uma espécie de investimento.

Uma prole numerosa tinha relação direta com a intensificação das atividades produtivas da família: quanto mais filhos, maior a quantidade de braços para o trabalho. Tão logo tivessem condições físicas, as crianças incorporavam-se aos serviços do roçado ou da casa e ampliavam a capacidade produtiva familiar (Marin, 2008: 119).

Face ao exposto, ao falarmos sobre a relação das crianças com o trabalho na agricultura, precisamos destacar que esta forma de trabalho encontra-se diretamente relacionada à família. Ainda que muitos dos sujeitos aqui pesquisados tenham nos feito referências a certas ausências geradas pela inserção precoce no trabalho na roça, este não configura o que comumente se entende ou se associa como exploração do trabalho infantil, aquele trabalho degradante e que acarreta sérios danos à saúde da criança. O trabalho com a terra surge na vida da criança rural tão cedo que para muitas pessoas que passaram por esse processo, ele parece surgir como algo natural. As crianças camponesas “participam das atividades domésticas, muitas vezes ligadas à produção do sustento familiar, algumas delas (...) imprescindíveis à sua família” (Yamin e Mello, 2004: 5). Terra, trabalho e família encontram-se intimamente ligados à vida do camponês, uma vez que o trabalho no campo é quase sempre desenvolvido em conjunto com os membros familiares.

Dessa forma, a unidade familiar camponesa deve ser vista enquanto uma

forma não capitalista de produção, uma vez que não há uma separação direta entre o produtor e os meios de produção, e tem-se por base a utilização da mão de obra familiar. O objetivo do trabalho camponês encontra-se centrado na capacidade de satisfazer as necessidades de consumo familiar. Cada membro desse grupo familiar possui uma função específica no desenvolvimento das atividades, logo, todos são importantes para o seu bom desenvolvimento. Podemos entender com isso que a utilização de crianças nessa forma de trabalho difere da forma de produção capitalista, pois não se configura necessariamente enquanto uma forma de trabalho exploratório, embora possa sê-lo. Não se caracterizando enquanto uma compra e venda da força de trabalho, é preciso relativizar aquilo que comumente se chama de trabalho infantil. É preciso destacar também que, para alguns grupos, o trabalho é entendido como contribuidor para a formação de uma educação moral, como afirma Pires em pesquisa no semiárido paraibano, destacando que “(...) o trabalho infantil está incluído em um sistema de educação moral, em que a disposição para o trabalho parece ser uma das principais características a serem aprendidas” (Pires, 2012: 551).

Nesse sentido, o trabalho das crianças também apresenta um papel educativo, como destaca Mayblin em pesquisa também no agreste pernambucano, mostrando que o trabalho desenvolve nas crianças a coragem, qualidade bastante valorizada no município em que realizou sua pesquisa (2010). Ao pesquisar entre os Capuxu, em uma comunidade camponesa na Paraíba, Sousa afirma que

O trabalho é realizado com o esforço combinado com todos os membros da família, inclusive o das crianças. Pais e filhos trabalham juntos na terra, cujos primeiros são responsáveis pelo capital simbólico (experiência repassada de gerações anteriores e de anos de prática) e os segundos exercem o papel de aprendizes, futuros herdeiros da responsabilidade dos mestres, seus pais (Sousa, 2004b: 86).

A autora destaca que o trabalho aparece enquanto “uma riqueza simbólica” que é repassada para as crianças. Assim, na medida em que as crianças desenvolvem seu trabalho no núcleo familiar contribuindo para o desenvolvimento e aumento do orçamento da família, elas são retribuídas por esse aprendizado de valor moral, que prepara a criança para a vida. Para Brandão, a relação de aprendizagem que é reproduzida entre as gerações, repassando de pais para filhos os conhecimentos técnicos e as práticas adotadas no processo produtivo, encontra-se envolta em uma série de relações sociais no interior da divisão sexual e geracional do trabalho (1986). Sánchez também destaca que o trabalho infantil deve ser entendido a partir da “lógica interna da família camponesa” (2007: 95, tradução nossa). No contexto familiar camponês, o trabalho da criança possuía um caráter fundamental no circuito da formação intergeracional camponesa

(Candido, 1971; Tavares dos Santos, 1978; Neves, 1981; Brandão, 1990; Woortmann e Woortmann, 1997).

Nem sempre o trabalho infantil acarreta consequências negativas à vida da criança. Em alguns casos, o trabalho traz um impacto positivo no desenvolvimento psicossocial da mesma, como destacam Libório e Ungar, ao mostrarem que a criança se reconhece enquanto um agente ativo (2010), parte importante da família (Pires, 2012). Muitas vezes ouvimos das entrevistadas falas como: “Trabalhar não mata ninguém não” (Valéria, 40 anos) ou ainda “Eu não acho errado a criança trabalhar não” (Beatriz, 32 anos), falas que reafirmam de alguma forma o lado positivo do trabalho. O trabalho da criança, nesse sentido, passa ainda a ideia de que a criança, quando trabalha, tende a ser um adulto digno, honrado. É comum que o trabalho da criança seja tomado enquanto uma ajuda para a família, sendo algo muito mais convidativo do que propriamente uma obrigação imposta como nos afirmaram muitas entrevistadas. “Eu não era obrigada não. Meus pais não me obrigavam não. Era porque a gente já ia crescendo ali naquele meio, aí já ia aprendendo uma coisinha, ajudando um pouco” (Luiza, 69 anos). Sobre isso, Beatriz Heredia afirma que “embora os filhos [e as mulheres] desenvolvam no *roçado* as mesmas tarefas que o pai, diz-se que os filhos *ajudam* o pai de família, indicando-se assim que eles estão sob sua autoridade, na medida em que o controle das tarefas ali realizadas é exercido por ele” (Heredia, 2013: 50, grifo no original).

Durante o período em que estivemos em campo, ouvimos muitas pessoas afirmarem que “não tiveram infância”. Esse “não ter infância” significa não ter vivenciado os momentos de ludicidade e escolarização, entendidos em Feira Nova como sendo específicos dessa fase da vida. Ao conversarmos com as mulheres que hoje são avós e mães, lançamos mão da pergunta: “Como foi sua infância?” Algumas delas de imediato respondiam com uma negação da infância. Em geral, a resposta se iniciava com a seguinte frase: “Ah, minha filha! Eu não tive infância não”. A frase seguia com uma dualidade na resposta: “A minha infância foi muito sofrida! Eu tive que trabalhar muito cedo...” O trabalho em muitos casos foi contribuidor para ausentar total ou parcialmente uma geração de crianças do âmbito escolar, além de restringir o tempo para as práticas lúdicas. Muitas falas que negavam a vivência da infância em decorrência do trabalho precoce foram reafirmadas pela lembrança de uma ausência total ou parcial da escola e pelo pouco tempo exclusivo para momentos de ludicidade. O trabalho foi o que tomou grande parte do tempo na vida dessas gerações quando crianças. Nesse contexto, podemos perceber que uma infância de trabalho não é considerada uma infância.

O ideal de infância que percorre entre muitos moradores de Feira Nova encontra-se relacionado à presença da tríade: ludicidade, escolarização e não trabalho, processo vivenciado pelas crianças de hoje. Para essa geração, esse

momento de suas vidas não esteve relacionado direta e exclusivamente à ludicidade e nem tão pouco à escolarização, mas ao trabalho. Para aquelas mulheres que ainda frequentaram a escola, as lembranças da escola em suas vidas encontram-se relacionadas a um curto período, algo que logo teve de ser abandonado. Sua presença parece ter sido tão efêmera, que algumas mulheres afirmaram quase em tom de admiração: “Eu não sei como eu ainda aprendi uma coisinha, que foi pra eu não ficar analfabeta mesmo” (Maria José, 55 anos), “Estudei só até a segunda série, só sei mesmo assinar meu nome, mas ler não sei não” (Valéria, 40 anos) ou ainda “Eu só sei mesmo assinar meu nome” (Zalma, 60 anos).

Não queremos afirmar que o alto índice de abandono escolar, além das pessoas que nunca frequentaram a escola, indique que essa geração, que desde cedo encontrou-se inserida no mundo do trabalho, dava pouco valor a educação escolar. Entendemos que a escolha pelo trabalho em detrimento da escolarização está mais associada entre escolher o que é prioridade e o que é importante. Neste caso, a escolarização acabou sendo tomada como importante, enquanto que o trabalho tornou-se a prioridade, o que não significa que não se valorizasse a escolarização nesse meio. Temos que levar em conta o contexto histórico da escolarização na região e no Brasil, em que a tônica parece ser as dificuldades de acesso e permanência na escola. Ademais, o processo de escolarização pouco contribuía para o ofício de agricultor, que não necessitava de um saber escolar, mas de um saber que era transmitido e ensinado na prática.

Como os camponeses estavam envolvidos em relações sociais que priorizavam os contatos pessoais para o intercâmbio de bens e serviços, os conteúdos transmitidos pela escola assumiam pouca importância, e as aspirações em relação à escola se restringiam apenas a ler, escrever e fazer contas (Marin, 2008: 128).

A ausência ou o abandono escolar, no entanto, não devem ser entendidos apenas como consequência da inserção da criança no trabalho. Alguns pesquisadores, como Neves (1999) e Azevedo, Menezes e Fernandes (2000) apontam que o trabalho precoce em geral não se apresenta como um impeditivo para a frequência escolar, mas ele encontra-se relacionado à repetência, à defasagem em relação à idade/série e a um atraso cumulativo que contribuem para um baixo nível de escolaridade e também para o abandono escolar, ocorrido tanto pela condição social da criança como também pelas características e qualidades da escola, dada a pouca atenção de políticas educacionais para os segmentos da população que se encontram mais vulneráveis no Brasil (Carvalho, 2004).

Para Vasconcellos, são vários os fatores que contribuem para a não escolarização das crianças rurais, entre eles as condições de deslocamento e acesso à escola (1991), o que também foi enfatizado por várias de nossas en-

trevistadas. Sobre as condições de deslocamento, muitas delas alegaram ter que caminhar quilômetros até chegar à escola e novamente da escola até suas casas. Isso coaduna com aquilo já descrito por Vasconcellos ao afirmar que nas escolas de 1ª a 4ª séries da zona rural brasileira, o acesso era feito a pé, sendo em muitos casos a distância percorrida demasiadamente longa (idem). A realização desse trajeto, atrelado aos efeitos físicos que o trabalho gerava no corpo da criança, aumentava ainda mais o cansaço corporal e contribuía também para uma espécie de cansaço mental. Esse cansaço físico e mental aparece em muitas narrativas como justificativa para o abandono escolar, no sentido de que não se conseguia entender a explicação ministrada pela professora – também por isso resolvia-se abandonar a escola. Ou então, relata-se que, ao chegar até a escola, só se fazia dormir, devido ao cansaço, por isso não se aprendeu ou aprendeu-se muito pouco.

Depois meus pais vieram morar no sítio, e quando chegou no sítio era difícil pra ir pra escola. Era distante. Em Feira Nova mesmo, não tinha nem escola direito. Aí depois não botou na escola mais, sabe. Aí a minha escola foi a serra e o cabo da enxada (...) Muitas pessoas aqui mesmo, saiam daqui de pés para Orobó, todos os dias. No sol quente, chovendo. Mas hoje em dia... (Valéria, 40 anos).

Também o ensino de 5ª a 8ª série na zona rural brasileira era praticamente inexistente:

Devido à falta de transporte, bem como à dificuldade de os pais arcarem com os custos de um transporte privado, as crianças param de estudar, entrando prematuramente no mercado de trabalho ou em atividades informais: em toda a zona rural brasileira, é reconhecidamente baixa a taxa de conclusão do 1º grau, sendo mínima a proporção de crianças que passam da 4ª série (Vasconcellos, 1991: 94).

De fato, ouvimos alguns relatos que seguem em direção à afirmação deste autor. Se considerarmos que sua pesquisa data do início da década de 90, muito provavelmente estamos falando também de uma mesma geração que esteve ausente da escola inserindo-se no mundo do trabalho, mas essa ausência era algo que se repetia de uma geração para outra. Assim, a narrativa a seguir reafirma aquilo já destacado pelo autor:

Aqui só obtinha até a 4ª (série), aí da quinta série a gente tinha que ir pra Matinadas [povoado vizinho]. Aí eu estudava à noite, e a gente ia de pé. Às vezes a gente ia na Kombi da prefeitura que levava os professores, mas às vezes nem tinha. Imagina aí! A gente não tinha chance não. (...) Hoje em dia não. Hoje em dia

tem carro até demais pra carregar esses estudantes. Oportunidade pra estudar hoje, eu acho que não falta, visse. Mas em relação assim, de eu criança pra hoje, eu acho que mais dificuldade mesmo foi essa aí, o transporte escolar, que antes não tinha e hoje tem, né. Hoje tem à vontade (Beatriz, 28 anos).

Ouvimos também relatos de pessoas que com muito custo conseguiam frequentar a escola, mas dada a situação de precariedade, para poder continuar estudando, a única alternativa possível era repetir a mesma série por várias vezes. “Eu não estudei porque naquela época o único colégio que tinha era em Orobó, e naquela época só quem estudava era os ‘filhos de papai’. As pessoas assim era quem podiam ir no ônibus porque era pago. Mas eu ainda estudei até a 4ª viu.” (Joana, 55 anos). Isso porque, não havendo escolas com as séries subsequentes na comunidade ou proximidades, e nem tendo condições de pagar um transporte para o deslocamento, a escolarização se tornava inviável. Dessa forma, “não sendo um requisito para o trabalho rural e, nesse caso, indispensável para a reprodução do capital, a educação rural fica negligenciada” (Damasceno e Bezerra, 2004: 5). A maior parte da população rural, 85% dela, vivia em situação de pobreza extrema (Mello e Novais, 1998) e não se pensava uma política de educação e bem estar social que contemplasse também as populações do meio rural como se tem nos dias atuais.

Nesse sentido, Marin aponta que:

Caldeira identificou um problema de ordem histórica e estrutural na sociedade brasileira, que perpassava todas as situações analisadas: a questão central da educação rural estava associada à pobreza da população, que, movida pela necessidade, era obrigada a requisitar a ajuda da criança. Segundo o autor, escolarização e trabalho eram incompatíveis, uma vez que a criança tinha dificuldade de coadunar as exigências da ajuda na família com o calendário do ano letivo. Vários outros fatores afastavam a criança da escola: a dispersão demográfica da população rural; a mobilidade espacial dessa população, especialmente dos mais empobrecidos; a baixa qualidade do ensino ministrado; a má distribuição da rede escolar; o desestímulo do professorado e o despreparo dos pais para compreender a necessidade da escola na vida das crianças (Caldeira, 1960) (Marin, 2008: 129).

Importa destacar o papel omissivo do Estado no provimento das necessidades básicas das crianças. As gerações das avós e das mães não foram contempladas quando crianças por nenhuma política pública que tivesse uma maior atenção à infância. A geração das avós, quando criança, encontrava-se completamente isenta do recebimento de qualquer programa ou benefício social que atendes-se à infância. A geração das mães, em alguns casos, conseguiu ser beneficiada

pelo PBF, mas não em sua infância, quando muito em sua adolescência, sendo, portanto, uma geração que representa uma transição entre as outras duas. Hoje, temos a atual geração de crianças que em sua maioria é beneficiada pelo PBF antes mesmo de nascer. Fazer parte do que se considera ser uma “geração Bolsa Família” (Pires e Silva Jardim, 2014) traz à vida dessas crianças uma série de benefícios e também obrigações, mas faz também com que as gerações anteriores a ela se comparem, reafirmando uma infância vivida na pobreza, no trabalho, ausente da escola e com pouco tempo para brincadeiras e por isso mesmo considerada uma não infância.

Apesar das ausências e afirmações de uma não infância, as lembranças desse tempo são mescladas por falas que remetem ao valor do trabalho, ao orgulho de ser uma pessoa trabalhadora, digna e honrada. Por isso repete-se a sentença, “sou pobre, mas sou trabalhador”. Essa mudança que corrobora na quebra de um círculo geracional e transforma a vivência da infância da geração seguinte, não ocorre única e simplesmente pela implantação do PBF, mas por uma série de mudanças que surgem através da interferência do Estado no âmbito familiar. A criação da legislação de proteção da criança e do adolescente através do ECA e a presença e atuação do Conselho Tutelar em pequenos municípios como Orobó geram uma mudança significativa nesse contexto. A implementação de políticas públicas de transferência condicionada de renda como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Programa Bolsa Escola e atualmente o Programa Bolsa Família, que demandam uma maior atenção às crianças, também são fatores que devem ser considerados. A criação de programas sociais como os citados acima contribuiu significativamente para a retirada da criança que se encontrava em situação de trabalho, em geral aquelas cujas famílias eram consideradas em situação de pobreza e pobreza extrema.

Inicialmente, essa retirada da criança da situação de trabalho causou certo estranhamento e preocupação entre a população adulta local, que vê o trabalho com bons olhos, mesmo aquele realizado pela criança. Uma vez que o trabalho preparava a criança para a vida adulta, a retirada da criança desse contexto trazia preocupações e questionamentos no sentido de que aquela criança poderia se tornar um ‘vagabundo’. Ainda hoje encontramos falas que caminham nessa direção, “Ah, as crianças de hoje estão muito diferentes” (Luiza, 69 anos); “Hoje você não encontra mais uma criança pra carregar uma água pra você porque elas não querem mais trabalhar” (Júlia, 60 anos); “Hoje você vê esses meninos tudo por aí na rua, não querem trabalhar, não querem estudar direito, não querem fazer nada. Era melhor que estivessem na roça tirando capim porque aí pelo menos ele ia ter uma profissão, pelo menos ele seria um agricultor” (Maria, 45 anos). Essa última fala demonstra uma preocupação em relação ao futuro das crianças, mas também reafirma o valor do trabalho.

Nas conversas e entrevistas realizadas, a maioria das mulheres nos apresentou o trabalho enquanto uma necessidade familiar. Muitas alegavam que não eram obrigadas a trabalhar, mas devido à situação da família, acabavam se inserindo no meio da labuta para auxiliar na conjuntura familiar. No entanto, todas elas se referiram a algum tipo de privação advinda dessa situação de inserção precoce no trabalho, seja no âmbito escolar ou no desenvolvimento de atividades lúdicas. Para essa geração de mulheres, o lúdico e a escola ficaram em segundo plano, sendo o trabalho sua marca indelével. O que bem se pode perceber na fala de D. Maria José (55 anos):

— *A minha vida? Oxe, a minha vida é longa! Oxe, a minha vida era apanhando café, era arrancando mandioca, era fazendo farinha. Moendo mandioca, cevando mandioca, plantando roça. Tudo isso era a minha infância.*

— *E a senhora tinha mais ou menos quantos anos quando fazia tudo isso?*

— *Eu? Oxe, quando eu comecei, quando mãe ensinou a gente a fazer as coisas, eu era deste tamanho, oia [E fez uma expressão com a mão em direção ao chão mostrando que era bem pequena]. (...) E então, pra cevar mandioca era assentada dentro do cevador, porque não alcançava chegar no cocho de cevar. A minha infância foi trabalho, foi o cabo da enxada. Pode botar aí, era o cabo da enxada ao invés da roda! (Maria José, 55 anos, ênfase nossa).*

Era o trabalho que tomava a maior parte do tempo em seu dia a dia. A escola, outro elemento importante associado à infância, também estava presente na vida de D. Maria José, figura emblemática que representa bem a sua geração, mas assim como a ludicidade, a escola não ocupou muito espaço na vida dessa senhora, que com muito esforço conseguiu frequentar até a terceira série do ensino fundamental. Provavelmente, a ludicidade e a escolarização foram ofuscadas pela presença do trabalho, mas é interessante notarmos a importância ao tom quando ela se refere ao aprendizado escolar, assim, ela nos diz: “A minha escola, eu não sei que milagre eu ainda consegui aprender uma coisinha...”.

Diferente do que ocorreu com a geração descrita acima, a atual geração de crianças encontra-se muito marcada por uma institucionalização e ausentes do trabalho, tendo como marca a escolarização e também a ludicidade. Isso porque, ao contar com o auxílio de um benefício financeiro de uma política pública, dinheiro considerado pouco, mas certo, a criança passa cada vez mais a estar presente na escola. A possibilidade de se obter uma renda mínima corrobora para uma série de mudanças que reverberam, sobretudo na vida da atual geração de crianças. Essas mudanças encontram-se relacionadas às contrapartidas estabelecidas pelos programas sociais, que focam seus cumprimentos especialmente nas crianças, desencadeando uma mudança entre as gerações, sobretudo

no que se refere à educação escolar. Mas, além disso, outras mudanças também são observadas entre as famílias beneficiadas pelo PBF como a “expansão das possibilidades de consumo e priorização do consumo de bens voltados para as crianças (alimentos, material escolar, vestimentas e calçados)” (Pires e Silva Jardim, 2014: 107). É nesse sentido que corroboramos a ideia de uma “geração Bolsa Família” (idem) para se referir às crianças que fazem parte de uma geração que goza de uma expansão do consumo, as quais se caracterizam por receberem prioridade em relação ao gasto do benefício no seio familiar e por terem a possibilidade de permanecerem na escola em detrimento da execução do trabalho na roça, o que detona um processo de mudança entre as relações intrafamiliares, inclusive no que tange ao status das crianças (Pires, 2014).

A infância marcada por privações é também descrita pela pouca possibilidade de consumo, alimentar e material. A situação de pobreza e privação é evidenciada por muitas mulheres, pelas lembranças de terem em sua infância se alimentado apenas de “pirão de óleo com farinha”.

Muitas vezes mãe não tinha o que dá de comer para os filhos e para não ver a gente passar fome, o jeito que tinha era dar pirão de óleo com farinha. Aquilo ali a gente pegava a farinha seca e misturava no óleo, aqueles de lata ainda que tinha o nome na frente assim ‘Salada’, lembra? E a gente misturava aquilo ali e comia. E depois ainda aproveitava a lata pra alguma coisa, pra botar assim na frente das casas enfeitando (Suzana, 50 anos).

Eu mesma, me lembro que mãe fazia muitas vezes o que a gente chama de baião de dois. Que é pegar o feijão e o arroz e cozinhar os dois assim tudo junto que era pra render. Esses dias eu lembrei e me deu uma vontade de comer aí resolvi fazer aqui em casa. Mas o daqui de casa quando viu, tá pensando que quis comer, é? (...) Eu lembro também quando eu era criança, que eu dormia com D. Maria, aí, quando era assim, o mês de outubro que eu sabia que as filhas dela vinham, eu já ficava ansiosa, porque ali, eu já sabia que ia ganhar uma boneca dessas de plástico do dia das crianças (Manuela, 37 anos).

Essa é uma fase da vida que é lembrada pelas dificuldades, pela pobreza, mas que é ao mesmo tempo lembrada como uma época boa e feliz. Se faltou a escola, não faltou o respeito, muito lembrado por essa geração, que muitas vezes acusa a geração das crianças de hoje de não serem tão respeitadas quanto deveriam: “Tá pensando que naquela época a gente era assim, é?” (Manuela, 37 anos). E afirmam com orgulho a forma como foram criadas “Naquela época, meu pai/minha mãe só bastava olhar que a gente já entendia”; “Era uma época difícil, a gente sofreu um bocado, mas era uma época boa, tranquila” (Manuela,

37 anos). Nesse sentido, acreditamos que as mudanças ocorridas entre as gerações corroboram com o que chamamos de invenção da infância, uma vez que tais mudanças afetam as práticas sociais perpetuadas entre as gerações, dando um novo significado a essa fase da vida que chamamos de infância. É sobre isso que nos deteremos agora.

A INVENÇÃO DA INFÂNCIA NA COMUNIDADE RURAL DE FEIRA NOVA

Philippe Ariès, em obra chamada *História social da criança e da família* (1981), discute a emergência da noção de infância como categoria social, mostrando que a infância é uma construção sócio-histórica e deve ser tomada enquanto um processo e não um produto. Logo, a infância não é algo natural, nem universal. Ariès ainda afirma que não existia um espaço particular para a criança no âmbito da família, ela era tomada enquanto uma réplica do adulto em sua miniatura.

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não a tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo (Ariès, 1981: 17).

Foi através da família burguesa e com o surgimento da escola que, segundo Ariès, se deu a descoberta da infância. No século XVII surge a instituição escolar com um anseio de moralização e marcando de fato a separação entre crianças e adultos, também entre seus mundos. A partir desse momento surge o que o autor chamou dos dois sentimentos da infância, que seriam a paparicação e a escolarização. Em consequência desta última, a disciplinarização, o enclausuramento e a vigilância tornam-se uma constante na vida das crianças.

A respeito disso, Kramer destaca que:

A idéia de infância não existiu sempre e da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância, pois, é determinado historicamente pela modificação nas formas de organização da sociedade (Kramer, 1996: 19).

O que antes era comum, a criança tomada enquanto um pequeno adulto, foi se modificando. A infância passou a ser considerada como uma etapa da

vida, e a criança passou ser vista de um modo especial. O trabalho de Ariès se encontrada pautado no período do Renascimento na Europa e, por isso, acredita-se que o estudo realizado por ele encontra-se relacionado às elites da época, uma vez que os pobres não poderiam gozar de tais privilégios, pois necessitavam que seus filhos, tão logo conseguissem se locomover, os ajudassem no trabalho.

Diante disso, o ideal seria que falássemos em infâncias, no plural, e não em infância, no singular. Acreditamos que a elaboração de Ariès sobre a “invenção da infância” e sobre os sentimentos da infância se estenda para além das elites europeias. E ainda que não possamos falar em uma infância universal, há alguns elementos que parecem comuns a várias delas, ou ao menos encontram-se presentes no ideal que se tem de infância. A ludicidade é uma dessas características e, segundo Sousa, ela pode ser considerada o lugar comum entre as infâncias (2004a). A autora enfatiza ainda a presença da ludicidade mesmo quando as crianças trabalham.

É importante enfatizar que a ideia que perpassa a noção de negação da infância encontra-se muito relacionada à situação de pobreza na qual se encontravam as famílias, atrelada à relação moral que está relacionada ao trabalho, às ausências que a inserção precoce no mundo do trabalho gerou, à precariedade de políticas públicas destinadas à população rural, além de diversos outros fatores que contribuem para a afirmação da ideia de uma não vivência da infância por essas gerações. Cabe frisar que esse contexto foi reproduzido por várias gerações e seguiu-se durante muito tempo como uma espécie de ‘círculo vicioso’, posto que, “o projeto que os pais estabeleciam para os filhos era a continuidade do modo de vida camponês” (Marin, 2008: 129).

Podemos dizer que o processo de mudanças que se evidencia na atual geração de crianças surge a partir de 1891, momento em que se deu a primeira lei de proteção à infância no Brasil. Mas foi exatamente um século depois, em 1990 com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual incorporou nas políticas públicas uma maior atenção as crianças, sobretudo aquelas que se encontravam (e ainda se encontram) em situação de maior vulnerabilidade social, que efetivamente começou a se vislumbrar uma quebra nesse círculo vicioso e uma nova forma de se viver a infância. Nesse processo, acreditamos que o Programa Bolsa Família marca efetivamente essa nova forma como as crianças passam a viver. É importante frisar que o PBF é um programa de transferência condicionada de renda. O fato de se possuir uma renda mínima regular traz uma série de mudanças na vida das famílias beneficiárias do programa. As famílias sabem que essa renda recebida não é vitalícia, mas ainda assim, o dinheiro recebido é tomado como um dinheiro certo, com o qual se pode contar desde que cumpridas as condicionalidades exigidas pelo programa, dada a confiabilidade

que o programa ganhou por sua regularidade no repasse financeiro.

As condicionalidades exigidas pelo PBF giram em torno da educação, assistência social e saúde, todas com foco na criança. Dentre as três, a condicionalidade educacional ganha um maior peso entre as famílias beneficiárias, talvez por ser a que é fiscalizada com maior frequência. Nesse processo, o programa exige da criança cuja família é beneficiária uma frequência escolar mínima de 85%, maior inclusive do que a instituída pelo Ministério da Educação, que exige 75%. Ademais, atualmente temos a complementação dessa jornada com o Programa Mais Educação, onde as crianças passam períodos integrais na escola desenvolvendo atividades culturais e complementares às atividades escolares. Dessa forma, as crianças que outrora viveriam a maior parte de seu tempo em atividades relacionadas ao trabalho passam a vivenciar o ambiente escolar na maior parte do seu tempo. Fora do trabalho e agora na escola, as crianças são ainda em muitos casos liberadas inclusive do trabalho doméstico, pois algumas famílias acreditam que passar o dia inteiro na escola já é exaustivo demais e, assim, as crianças ganham mais tempo livre e disponível para atividades exclusivamente lúdicas. As próprias crianças evidenciam isso em suas falas:

Wagner (9 anos): Ah, eu vou pra escola e depois volto e quando chego vou para a quadra jogar bola e depois vou pra casa e pronto.

Em outro momento, no grupo focal, sobre se elas desenvolvem algum tipo de atividade relacionada a trabalho:

Wagner (9 anos): Às vezes eu lavo o prato.

Artur (10 anos): Eu só faço esquentar a comida.

Pesquisadora: E fora de casa vocês fazem alguma coisa?

Wagner (9 anos): Fora de casa é que eu não faço (trabalho) mesmo.

Vinicius (9 anos): Fora de casa o único serviço que a gente faz é bagunçar!

Em momento de conversa informal com as crianças:

Pesquisadora: Fala Júnior! Quer falar não?

Ana (5 anos): Júnior é um vergonhoso!

Pesquisadora: Júnior mora aonde?

Júnior: Moro em Feira Nova

Pesquisadora: Tem quantos anos?

Júnior: 9

Pesquisadora: Estuda?

Júnior: Estudo.

Pesquisadora: Trabalha?

Júnior: Não!

Larissa (7 anos): Só fica em casa com o c pra cima assistindo televisão!*

Fica evidente pela fala das próprias crianças que, diferente do que viveu a geração de suas mães e avós, o não trabalho é uma constante hoje em suas vidas. O lugar do trabalho é hoje ocupado pela escola, mas essa mudança só é possível de fato pela contrapartida condicionada que o PBF institui para o recebimento do benefício. A exigência de uma condicionalidade escolar retira a criança de uma situação de trabalho e a coloca na escola, ao mesmo tempo em que ampara sua família financeiramente. A educação, no entanto, é uma questão a ser sempre revista e analisada, pois seu acesso é fundamental, embora não suficiente. É preciso uma maior atenção na educação de forma geral, uma melhoria educacional e não apenas uma ampliação ao acesso. Contudo, é inegável que o acesso escolar está garantido através da condicionalidade e do apoio pecuniário que faz a criança permanecer na escola sem maiores danos financeiros para a família e corrobora para uma diferença significativa entre as gerações conforme se pode evidenciar no extrato de fala a seguir:

A pessoa que não sabe ler é cego. Porque você que sabe ler, faz um bilhete aí e diz o que quer, se a pessoa me der um bilhete assim, eu vou ficar olhando, mas não vou saber o que é. Já vou dar para os outros ler, em vez de eu saber os outros é que já vão saber o que é o assunto. Se for uma pessoa de confiança ainda bem, e se não for? E quem sabe ler não, ali pega olha direitinho e ali morreu o assunto, né. (...) O outro [filho] que tem 7 [anos] já sabe ler, minha filha. Já sabe ler já. Já a família do alfabeto ele conhece todinha. Não tem uma letra que ele não conheça. O ano passado ele leu uma mensagem na escola viu. Para o diretor, para as professoras, pra o pessoal que veio de Orobó. Na frente lá viu, no microfone mais. Eu fiquei besta. Leu direitinho viu! Fiquei besta. O danandinho tamanho de nada rapaz e não gaguejou não viu. Foi direto ao assunto. Leu tudinho. Eu fiquei assim eu não to acreditando não, isso é mentira. Saber ler já, sabe fazer o nome, é inteligente ele (Valéria, 40 anos).

Nesse contexto de mudança, e sendo através dela que o benefício recebido é garantido à família, a criança passa então a receber uma maior atenção na medida em que elas são consideradas em seus desejos, recebendo alguns mimos, sobretudo quando a mãe vai ao supermercado e leva para casa um produto para o agrado da criança, como, por exemplo, um Danone, uma bolacha recheada, um achocolatado.

Antigamente quem falava em cereal? Ninguém! Tu ouvia falar em cereal? Não! Eu nunca escutei, na minha infância. Pra ser bem franca pra tu eu nunca comi cereal não, visse. Meus filhos hoje em dia têm. (...) Hoje mesmo tendo uma vida humilde eu posso dá mais aos meus filhos (Beatriz, 28 anos).

Nesse sentido, acreditamos que a criança que se encontra inserida no PBF recebe uma maior atenção no meio familiar, destacando-se claramente essa mudança entre as gerações em termos também de consumo:

Hoje a comida dos meus filhos é muito diferente da comida minha, de antigamente. Eu nunca passei fome, fome eu nunca passei. Mas já comi mal? Já comi! Não vou dizer que sempre na minha vida eu comi bem. Não. Teve épocas da minha vida que meu pai estava desempregado, a minha mãe estava desempregada, não existia o Bolsa Família, entendeu?! A gente já morava aqui na rua, minha avó plantava, só que safra é safra. Você não planta hoje e colhe amanhã. Você planta hoje e colhe daqui a três meses, quatro meses, cinco meses, seis meses, dependendo do que você planta. Aí eu acho que a dificuldade antigamente era muito maior. Hoje não. Hoje você vai no mercadinho ali, compra, aí, tu não tem dinheiro hoje não? Amanhã tu paga. Porque amanhã tu tem com o que pagar. Entendeu? (Beatriz, 28 anos).

Para o ideal de infância existente em Feira Nova, a retirada da criança da escola por motivos de trabalho descaracteriza a infância. Tirar a criança da escola e a escola da criança, e em lugar disso colocar o trabalho, que é tomando como um elemento pertencente ao mundo do adulto é uma forma de tornar a infância completamente descaracterizada. A condicionalidade escolar imposta pelo PBF traz a criança para o que é considerado, em Feira Nova, o seu lugar: a escola. Assim, “(...) a escola tem um papel fundamental, considerada como o lugar adequado, por excelência, para a presença das crianças. A infância requer a escola, assim como a escola ‘produz’ a infância” (Becchi, 1996, apud Gomes, 2008: 87). Por isso que se diz: Lugar de criança é na escola. O que queremos dizer é que o PBF proporciona um novo olhar para a criança e é através dela que os idealizadores do programa atingem seu objetivo maior que é a diminuição da situação de vulnerabilidade social em que se encontram várias famílias.

O benefício financeiro destinado às famílias beneficiárias do PBF faz com que as famílias passem de um lugar de produção para um lugar de consumo, e nessa lógica se pode perceber que o programa vem gerando uma mudança de atitude perante a vida dessas famílias, ocasionando uma mudança efetiva que conduz a uma valorização qualitativa da criança. Podemos também considerar que o PBF reforça a ideia da família como um lugar privilegiado de afetividade, pois ape-

sar dele não ser centrado apenas nas famílias que contenham crianças, é nesse contexto que podemos observar como a criança ganha lugar de destaque no seio familiar. Semelhante ao que é destacado por Pires e Silva Jardim “trata-se de uma tarefa desafiadora numa região em que satisfazer os desejos alimentares dos filhos é parte do que se considera o dever de uma boa mãe”, sendo “inquestionável a priorização do consumo voltado para as crianças” (2014: 104, 106).

Além disso, o entendimento da criança enquanto peça fundamental para o recebimento do benefício, uma vez que é ela quem cumpre a condicionalidade escolar exigida pelo programa para que haja o repasse do benefício financeiro, faz com que ela sirva como fornecedora de status e segurança para a família (Pires, 2014). A criança pode ser, assim, tomada enquanto um capital, uma vez que é através dela que se assegura a ascensão social da família, atingindo o objetivo central do PBF que é a saída das famílias da situação de pobreza e de extrema pobreza. A criança, antes inserida no espaço do adulto, encontra-se agora centrada em alguns valores familiares, como o cuidado com sua saúde e educação. Dessa forma, a vida da família organiza-se hoje em função das necessidades da criança, o que antes não acontecia. Nesse processo, o PBF também faz com que a criança seja um canal no qual a família adquire poder e sentido, reforçando os laços familiares, como, por exemplo, o reforço empregado no papel da mulher como mãe e cuidadora do lar. No entanto, não temos a intenção de generalizar a contribuição do PBF para o que estamos chamando de a “invenção da infância”, destarte, reafirmamos essa contribuição para o contexto de pesquisa o qual aqui é retratado, a comunidade de Feira Nova da cidade de Orobó, agreste pernambucano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criança e infância são comumente associadas. Clarice Cohn em seu livro *Antropologia da Criança* (2005) traz alguns questionamentos interessantes, mas nada fáceis de serem respondidos, como “O que é a criança?”, “O que é ser criança?” e “O que significa a infância?”. Como tentamos mostrar aqui, as gerações de avós e mães da comunidade rural de Feira Nova (Orobó – PE) nos falaram da sua vida quando crianças, mas não associam o ser/ter sido criança a ter vivenciado a infância. Nesse sentido, ter sido criança não significava para elas ter tido infância, isto porque o sentimento da infância se altera em cada época, uma vez que ele se encontra vinculado às práticas sociais (Kramer, 1984). “Essas concepções são determinadas pelos papéis que as crianças desempenham no seu ambiente social, pela situação de vida, explicitando formas de educar diferenciadas e impossíveis de julgamento, mas carentes de compreensão” (Yamin e Mello, 2004). Temos então que observar um fenômeno em seu contexto sociocultural. Buscar entendê-lo em seus próprios termos. Logo, não podemos sempre relacionar

crianças e infância. Precisamos entender o lugar que elas ocupam na sociedade.

Diante disso é que tentamos mostrar aqui um processo de mudança das práticas sociais de um grupo específico, o qual desencadeia em uma construção da infância, ou no que chamamos de invenção da infância. Um processo de mudança que rompe com uma prática advinda de um círculo vicioso exercido através da situação de pobreza e privação em que se vivia, mas que através de uma mudança se fortalece com a extensão dos direitos das crianças e com a implementação de programas sociais que têm sua atenção voltada para a criança. Tais processos nos indicam como a infância no meio rural vem mudando significativamente e como o lugar da criança também vem sendo alterado no âmbito familiar. Essas mudanças produzem um efeito significativo no contexto aqui retratado, sobretudo porque estamos falando de uma primeira geração que rompe com esse ciclo geracional reproduzido durante anos.

Apesar disso, consideramos que os resultados aqui apresentados reverberam para a continuidade de pesquisas nesse sentido, tanto porque o PBF é um programa relativamente novo, com apenas 15 anos de implementação, como pelo fato de uma das mudanças mais consideráveis estar relacionada à educação escolar das crianças. Por isso, para que não haja a construção de um novo ciclo focado apenas no consumo e em uma educação escolar sem qualidade, são necessários maiores investimentos educacionais, sobretudo quando estamos tratando do contexto rural onde é necessário pensar mais do que formas alternativas de melhoria de acesso, mas também que se pense de fato em um investimento que garanta a qualidade da educação.

Patrícia Oliveira S. dos Santos é Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Mestre em Antropologia, bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba. É membro do grupo de pesquisa Crias: criança, sociedade e cultura. Recentemente tem se dedicado a pesquisar entre as crianças rurais do Agreste Pernambucano.

Flávia Ferreira Pires é professora da Pós-Graduação em Sociologia e da Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, membro da Global Young Academy, pesquisadora produtividade do CNPq, líder do grupo de pesquisa CRIAS: Criança, Sociedade e Cultura. Pesquisa infância e crianças em seus mais diversos desdobramentos teóricos, éticos, metodológicos e etnográficos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete

- 2011 A pesquisa com crianças em infâncias e a sociologia da infância. In FARIA, Ana Lúcia Goulart de e FINCO, Daniela (orgs.). *Sociologia da infância no Brasil*. Campinas, Autores Associados.

ARIËS, Philippe

- 1981 *História social da criança e da família*. Trad. D. Flakasman. 2ª ed. Rio de Janeiro, LTC Editora.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli. de; MENEZES, Wilson Ferreira.; e FERNANDES, Cláudia Monteiro.

- 2000 *Fora de lugar. Crianças e adolescentes no mercado de trabalho*. São Paulo, Abet.

BRANDÃO, Carlos R.

- 1986 “A criança que cria: conhecer o seu mundo”. In *A educação como cultura*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense.
- 1990 *O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural*. São Paulo, FTD.

CANDIDO, Antonio

- 1971 *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades.

CARNEIRO, Maria. José (org.)

- 2012 *Modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Mauad.

CARVALHO, Inaiá Maria M. de

- 2004 “Algumas lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil”. *São Paulo em Perspectiva*, 18(4): 50-61.

CIPOLA, Ari

- 2001 *O trabalho infantil*. São Paulo, Publifolha.

COHN, Clarice

- 2005 *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

DAMASCENO, Maria Nobre e BEZERRA, Bernadete

- 2004 “Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectiva”. *Educação e Pesquisa*, 30 (1):73-89.

DEBERT, Guita Guin

1994 “Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice”. In: _____ (org.). *Antropologia e velhice* (Textos Didáticos, 13). Campinas, IFCH/Unicamp, pp. 7-30.

GARCIA JR., Afrânio Raul

1989 *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo, Marco Zero.

GOMES, Ana Maria Rabelo

2008 “Outras crianças, outras infâncias?” In: SARMENTO, Manuel e GOUVEA, Maria Cristina Soares de (orgs.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis, Vozes.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de

2013 *A morada da vida: trabalho familiar entre pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

2010 *IBGE Cidades*.

JAMES, Allison

2007 “Giving Voice to Children’s Voices: Practices and Problems, Pitfalls and Potentials”. *American Anthropologist*, 109 (2).

JAMES, Allison e PROUT, Alan

1997 *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*. Basingstoke, Falmer Press.

KASSOUF, Ana Lúcia

2007 “O que conhecemos sobre o trabalho infantil?”. *Nova economia*, v. 17, n. 2.

KRAMER, Sônia

1996 *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas, Papirus.

LIBÓRIO, Renata M. C. e UNGAR, Michael

2010 “Children’s Perspectives on Their Economic Activity as a Pathway to Resilience”. *Children & Society*, 24 (4): 326-338.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua

- 2008 “Infância camponesa: processos de socialização”. In NEVES, Delma P e SILVA, Maria Aparecida de M. (orgs.). *Processos de reconstituição e reprodução do campesinato no Brasil. Formas tuteladas de condição camponesa*. Vol I. São Paulo, Ed. Unesp.

MAYALL, Berry

- 2005 “Conversas com crianças. Trabalhando problemas geracionais”. In CHRISTENSEN, Pia e JAMES, Allison (orgs.). *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto, Edições Escola Superior de Educação Paula Frassinetti.

MAYBLIN, Maya

- 2010 *Gender, Catholicism and Morality in Brazil. Virtuous Husbands, Powerful Wives*. Nova York, Palgrave / Macmillan.

MELLO, João Manuel Cardoso de e NOVAIS, Fernando

- 1998 “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil. Vol. 4. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 559-658.

NEVES, Delma. P.

- 1981 *Lavradores e pequenos produtores de cana: Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*. Rio de Janeiro, Zahar.
- 1999 *A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção*. Niterói, Intertexto.

PAULO, Maria de Assunção Lima de

- 2011 *Juventude rural: suas construções identitárias*. Recife, Ed. Universitária da UFPE.

PIRES, Flávia F.

- 2007a *Quem tem medo de mal-assombro? Religião e infância no semiárido Nordestino*. Rio de Janeiro, tese de doutorado, UFRJ/Museu Nacional.
- 2007b “Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica”. *Revista de Antropologia*, 50 (1): 225-270.
- 2012 “Crescendo em Catingueira: criança, família e organização social no semiárido nordestino”. *Mana*, (18): 539-561.

2014 “Child as Family Sponsor: An Unforeseen Effect of Programa Bolsa Familia in Northeastern Brazil”. *Childhood*, (21): 134-147.

PIRES, Flávia F. e REGO, Walquiria Leão

2013 “10 Anos de Programa Bolsa Família: apresentação do dossiê”. *Política & Trabalho*, (38): 13-19.

PIRES, Flávia F. e SILVA JARDIM, George Ardilles da

2014 “Geração Bolsa Família: educação, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (29): 99-112.

PIRES, Flávia; SANTOS, Patrícia Oliveira S. dos; e SILVA, Jéssica K. Rodrigues da

2010 “Elas decidem? Analisando o papel familiar da mulher a partir do Programa Bolsa Família”. *CAOS. Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, v. 16: 108-119.

RIZZINI, Irma

2010 “Pequenos trabalhadores do Brasil”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo, Contexto, pp. 376-406.

SÁNCHEZ, Martha Areli Ramírez

2007 “‘Helping at Home’: The Concept of Childhood and Work among the Nahuas of Tlaxcala, Mexico”. In HUNGERLAND, Beatrice; LIEBEL, Manfred; MILNE, Brian; e WIHSTUTZ, Anne (orgs.). *Working to be Someone – Child Focused Research and Practice with Working Children*. Londres e Philadelphia, Jessica Kingsley Publishers, pp. 87-95.

SANTOS, Patrícia Oliveira S. dos

2011 “Deixa eu falar!”: uma análise antropológica do Programa Bolsa Família a partir das crianças beneficiadas do Alto Sertão Paraibano. João Pessoa, trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal da Paraíba.

2014 *A invenção da infância: o Programa Bolsa Família e as crianças da comunidade de Feira Nova (Orobó) no Agreste pernambucano*. João Pessoa, dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba.

SANTOS, Patrícia Oliveira S. dos e PIRES, Flávia Ferreira

- 2011 “Conversando com crianças sobre o Programa Bolsa Família: uma análise antropológica no semi-árido”. Trabalho apresentado no *XXVII Congresso Internacional Associação Latino Americana de Sociologia*, 6 a 11 de Setembro, Recife, UFPE.

SARMENTO, Manuel Jacinto

- 2005 “Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância”. *Educação & Sociedade*, Campinas, 26 (91): 361-378.

SILVA, Ana Paula S. da; PASUCH, Jacqueline; e SILVA, Juliana Bezzon

- 2012 *Educação infantil no campo*. São Paulo, Cortez.

SOUSA, Emilene Leite de

- 2004a “*Que trabalhais como se brincásseis*”: trabalho e ludicidade na infância Capuxu. Campina Grande, dissertação de mestrado, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba.
- 2004b “Relativizando o trabalho infantil a partir de uma experiência etnográfica: o caso das crianças Capuxu”. *Caderno Pós Ciências Sociais*, 1 (2): 75-94
- 2014 *Umbigos enterrados: corpo, pessoa e identidade Capuxu através da infância*. Florianópolis, tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- 2015 “As crianças e a etnografia: criatividade e imaginação na pesquisa de campo com crianças”. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 16, n. 38: 140-164.

STROPASOLAS, Valmir

- 2012 “Trabalho infantil no campo: do problema social ao objeto sociológico”. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, ano 17, n. 27: 249-286.

SUÁREZ Mireya et al.

- 2006 “O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero – o desafio de promover o reordenamento do espaço doméstico e o acesso das mulheres ao espaço público”. *Relatório Compreensivo de Pesquisa. Apresentado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e ao Department for International Development (DFID) por Agende Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento*.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente

- 1978 *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo, Hucitec.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de

1991 “Crianças rurais e acesso à escola: sugestões de política pública”. *São Paulo em Perspectiva*, 5 (1): 93-98.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel

2004 “Olhares sobre o “rural” brasileiro”. *Revista Raízes*, 23 (1-2).

2006 “Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro”. *Relatório de pesquisa*.

WOORTMANN, Klass

1990 “Migração, família e campesinato”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 7, n. 1: 35-53.

WOORTMANN, Ellen F. e WOORTMANN, Klaas

1997 *O trabalho da terra: a lógica simbólica da lavoura camponesa*. Brasília, Editora da UnB.

YAMIN, Giane Amaral e MELLO, Roseli Rodrigues

2004 “Um estudo de caso para a compreensão da infância rural”. *II Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos: a pesquisa qualitativa em debate*. Bauru. *II Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos: a pesquisa qualitativa em debate*.

Recebido em 15 de setembro de 2016. Aceito em 11 de junho de 2018.